



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**PROJETO DE LEI N.º /2025**

**AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL DELEGADO PÉRICLES**

**Dispõe** sobre a responsabilidade na venda de bebidas alcoólicas adulteradas, estabelece a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) como instrumento de comprovação de origem, facilita mecanismos de denúncia e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Estado do Amazonas, que o estabelecimento comercial varejista que vender ao consumidor final bebida alcoólica que se revele adulterada, contaminada ou falsificada, resultando em dano à saúde ou à vida do consumidor, responderá solidariamente com o fabricante, o distribuidor ou o importador pela reparação integral dos danos causados.

**Art. 2º** A responsabilidade solidária do estabelecimento comercial varejista, prevista no Art. 1º, será excluída caso este comprove, de forma inequívoca, a origem lícita do produto por meio da correspondente Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de aquisição.

**§1º** Para os fins desta Lei, considera-se prova inequívoca a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica que contenha:

I – a descrição detalhada do produto adquirido, incluindo lote, marca e quantidade, de forma que seja possível correlacioná-lo ao produto que causou o dano; e

II – a identificação clara do fornecedor (distribuidor, fabricante ou importador) como emissor do documento fiscal.





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**§ 2º** A simples posse de nota fiscal genérica, sem a devida especificação do lote ou produto, não será considerada suficiente para a exclusão da responsabilidade de que trata este artigo

**Art. 3º** Em caso de incidente de contaminação, o estabelecimento comercial varejista terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação oficial pelos órgãos de saúde ou de polícia, para apresentar a documentação fiscal que comprove a origem do produto em questão.

**Art. 4º** A ausência da comprovação de origem lícita do produto, nos termos do Art. 2º, além de acarretar a responsabilidade solidária civil, sujeitará o estabelecimento comercial varejista às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da responsabilidade penal pela comercialização de produto impróprio para o consumo:

I – advertência, em caso de primeira infração;

II – multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em caso de reincidência;

III – suspensão temporária do alvará de funcionamento por até 30 (trinta) dias, em caso de segunda reincidência; e

IV – cassação do alvará de funcionamento, em caso de terceira reincidência ou quando a infração resultar em morte ou lesão corporal grave.

**Art. 5º** Qualquer pessoa poderá denunciar, de forma anônima, a suspeita de comercialização de bebidas alcoólicas adulteradas aos órgãos competentes, devendo o Estado garantir canais acessíveis e sigilosos para o recebimento de tais denúncias.

**Parágrafo único.** As denúncias de que trata este artigo poderão ser feitas por meio de:





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

I – disque-denúncia estadual;

II – aplicativos de mensagens instantâneas dos órgãos de segurança pública;

III – sítios eletrônicos oficiais; e

IV – qualquer outro meio que preserve o anonimato do denunciante.

**Art. 6º** Constitui circunstância agravante, para fins de aplicação das sanções administrativas previstas nesta Lei, a comercialização de bebidas alcoólicas adulteradas com substâncias tóxicas, especialmente o metanol, devendo a multa ser aplicada em seu patamar máximo e as demais sanções serem majoradas em um grau.

**Art. 7º** Os órgãos competentes darão ampla publicidade às sanções aplicadas por comercialização de bebidas adulteradas, divulgando a razão social, o nome fantasia e o endereço do estabelecimento infrator, como forma de alertar a população e desestimular a prática.

**Art. 8º** Os órgãos competentes poderão certificar tecnologias e métodos que se mostrem eficazes, publicando uma lista de fornecedores e soluções homologadas para consulta pelo setor privado, servindo a adoção de tais métodos como circunstância atenuante em processos administrativos que apurem a responsabilidade do comerciante.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 1 de outubro de 2025.

**DELEGADO PÉRICLES**

Deputado Estadual





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei foi cuidadosamente elaborado para oferecer uma resposta legislativa robusta e constitucionalmente adequada ao grave problema da adulteração de bebidas alcoólicas com metanol, respeitando rigorosamente os limites da iniciativa parlamentar e o princípio de não geração de ônus ao Estado ou ao setor privado.

A estrutura central da proposta permanece fundamentada na responsabilidade solidária atrelada à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) como mecanismo de comprovação de origem lícita. Esta abordagem é cirúrgica e eficaz: força todo o varejo a adquirir produtos apenas de distribuidores legais que emitem documentação fiscal adequada, criando um poderoso incentivo econômico que asfixia o mercado clandestino sem criar qualquer burocracia adicional.

Para além da responsabilização, que é uma medida reativa, o projeto foi elaborado com dispositivos proativos que visam coibir a prática criminosa antes que ela gere vítimas, sempre respeitando os limites constitucionais:

1. **Facilitação de Denúncias (Art. 5º):** Em vez de criar um "programa" com estrutura administrativa, o projeto simplesmente estabelece o direito do cidadão de denunciar anonimamente e o dever do Estado de garantir canais acessíveis. Isso não cria custos adicionais, pois utiliza a infraestrutura já existente (disque-denúncia, aplicativos, sites), apenas direcionando-a para este fim específico.

2. **Agravamento de Sanções (Art. 6º):** Estabelece que a adulteração com substâncias tóxicas constitui circunstância agravante, determinando a aplicação da multa em seu patamar máximo. Isso não gera custos, mas aumenta significativamente o risco financeiro para quem pratica a fraude, criando um poderoso efeito dissuasório.





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

3. Publicidade das Sanções (Art. 7º): Determina que as sanções sejam amplamente divulgadas, expondo publicamente os infratores. Esta medida tem duplo efeito: alerta a população sobre estabelecimentos problemáticos e cria um constrangimento adicional que desestimula a prática. O custo é zero, pois utiliza os canais de comunicação já existentes dos órgãos públicos.

4. Incentivo à Tecnologia (Art. 8º): Mantém o estímulo à adoção voluntária de tecnologias de detecção, oferecendo certificação estatal e tratamento como atenuante. Isso não gera custos, mas cria um ambiente favorável à inovação e à autorregulação do setor.

Todos esses mecanismos trabalham em sinergia para criar um ambiente hostil aos fraudadores, sem violar os princípios constitucionais da separação de poderes ou da responsabilidade fiscal. O projeto não cria estruturas administrativas, não institui despesas e não gera obrigações financeiras para o Estado.

A competência do Estado do Amazonas para legislar sobre todos esses aspectos está firmemente ancorada no Artigo 24 da Constituição Federal, que lhe permite legislar concorrentemente sobre produção e consumo (inciso V), responsabilidade por dano ao consumidor (inciso VIII) e proteção e defesa da saúde (inciso XII).

Este projeto de lei representa a síntese entre efetividade e responsabilidade institucional. É uma resposta legislativa que protege vidas sem comprometer as finanças públicas, fortalece o comércio legal sem criar burocracias desnecessárias, e pune a fraude sem violar os limites constitucionais. Assim, diante de todo o exposto e da importância da matéria, conclamo os nobres colegas a discutirem e aprovarem o projeto de lei que ora encaminhamos para apreciação.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 01 de outubro de 2025.

**DEPUTADO DELEGADO PÉRICLES**

Deputado Estadual

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez  
CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil

assembleiaam [www.ale.am.gov.br](http://www.ale.am.gov.br)

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2025.10000.00000.9.042814:

PÉRICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO - EM 01/10/2025 13:52:31

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : AFABC50800149A13 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>

